

Baixos salários

Em carta ao JB o Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Noel de Carvalho, procurou rebater afirmações da leitora Regina de Oliveira, com relação aos baixos salários pagos pelo estado aos seus professores. O secretário confirmou (...) “que o menor salário pago ao professor do Rio de Janeiro é mais que o dobro do que ganha um professor da rede estadual de São Paulo, com a mesma carga horária”(…); que os referidos CR\$ 75 mil são “o mínimo que recebe um professor que esteja em sala de aula e que cumpra as 44 horas semanais, como qualquer trabalhador brasileiro”.

Confronto essas declarações com o que disse o sr. Noel de Carvalho ao JB, na edição de 21/11/93: “O piso do professor está em torno de CR\$ 18 mil, mas como a maioria dá 40 horas aula, o valor duplica”. Se duplica, penso eu, passa de 18 para 36. Como chegar então aos CR\$ 75 mil (ou CR\$ 77 mil, como consta na edição de 25/11)?

Note-se que o salário de CR\$ 77 mil é atribuído a professor de 2º grau, em início de carreira. De onde se conclui que um professor de 1º grau, em início de carreira, com a mesma carga horária, ganha ainda menos. (...)

Reconhece o secretário que essa remuneração é muito pequena, pois diz que gostaria de elevar os salários dos professores para US\$ 1 mil, (...) “mas isto só será possível quando o quadro de professores, em sua totalidade, se profissionalizar”. Não sei o que o secretário entende por “se profissionalizar”. Sei porém que um professor de ensino médio é um profissional de nível superior, pois para o exercício da função, é exigida formação universitária. Ora, um professor universitário, que também é um trabalhador brasileiro, quando em regime de tempo integral, que é de 40 horas semanais, percebe o dobro do que ganha um colega que cumpre 20 horas semanais, e o seu salário integral conserva-o, mesmo depois aposentado.

O que realmente indica quanto ganha um professor, como se dá com qualquer trabalhador brasileiro, é o piso salarial. Este em novembro era confiadamente CR\$ 18 mil (numa ocasião em que o salário-mínimo era de CR\$ 15 mil e hoje ultrapassa os CR\$ 32 mil). O governo federal concedeu em novembro aos seus funcionários um reajuste de 40% e prepara-se para conceder no reajuste em janeiro, agora de 190%. O governo estadual continua mudo e quedo.

[Carta aos leitores]
Jornal do Brasil, 09/01/94

*